

INSS

Último lote de ações da AGU contra fraudes

Órgão afirma ter acionado todas as entidades investigadas por descontos associativos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas

» ALÍCIA BERNARDES

A Advocacia-Geral da União (AGU) ajuizou, neste, dois novos lotes de ações judiciais contra associações e entidades suspeitas de envolvimento em fraudes relacionadas a descontos associativos indevidos em benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Com as novas medidas, o órgão afirma ter concluído o acionamento judicial de todas as entidades investigadas no esquema que atingiu milhares de aposentados e pensionistas em todo o país.

No quarto lote, protocolado nesta semana, foram propostas ações regressivas contra oito entidades, com o objetivo de cobrar a devolução dos valores já pagos pelo INSS às vítimas dos descontos não autorizados. As ações se baseiam no direito de regresso da autarquia previdenciária e decorrem do acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em julho, que viabilizou o resarcimento administrativo dos beneficiários lesados.

Segundo a AGU, os valores cobrados nesse último lote referem-se aos pagamentos efetuados até novembro e poderão ser atualizados à medida que novos dados forem consolidados pelo INSS. O órgão não descarta o ajuizamento de novas ações regressivas caso outros resarcimentos administrativos sejam realizados. Até o momento, o INSS devolveu R\$ 2,74 bilhões a mais de

José Cruz/Agência Brasil



Advogado-geral, Jorge Messias: "Caráter técnico da atuação do órgão"

4 milhões de beneficiários que contestaram os descontos.

Para o advogado-geral da União, Jorge Messias, a conclusão do acionamento judicial reforça o caráter técnico da atuação do órgão. Em nota, ele afirmou que a AGU age de forma "responsável e segura", pautada exclusivamente no conjunto probatório disponível, "sem proteger ou perseguir qualquer entidade", sempre com foco na defesa do patrimônio público federal.

Além das ações regressivas, a AGU vem adotando medidas cautelares para assegurar o resarcimento aos cofres públicos. Ao todo,

foram ajuizadas 37 ações com pedidos de bloqueio de bens de associações, pessoas físicas e jurídicas, somando R\$ 6,6 bilhões. Decisões liminares determinaram o bloqueio de R\$ 4,4 bilhões. Desse total, R\$ 514 milhões já foram efetivamente concretos por meio do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (Sisbajud), além da apreensão de 17 imóveis e 76 veículos.

O terceiro lote de ações, apresentado no início de dezembro, reuniu oito medidas cautelares com pedido de bloqueio de bens de associações e sindicatos, com o objetivo de garantir o pagamento

de eventuais penalidades e o resarcimento dos prejuízos estimados. Já o segundo lote, ajuizado entre 25 e 29 de setembro, incluiu 14 ações contra 12 entidades associativas e três empresas de tecnologia. Os primeiros pedidos de bloqueio foram apresentados ainda em maio, envolvendo associações, consultorias, escritórios de advocacia e empresas.

As iniciativas judiciais têm como base Processos Administrativos de Responsabilização (PARs) instaurados pelo INSS e pela Controladoria-Geral da União (CGU), com fundamento na Lei Anticorrupção. Os procedimentos foram abertos após a deflagração da Operação Sem Desconto, em abril de 2025, que apurou fraudes nos descontos associativos aplicados diretamente nos benefícios previdenciários.

No quarto lote, foram ajuizadas entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), o Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil (Sinanb) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Contraf), entre outras. Já o terceiro lote incluiu associações e sindicatos de abrangência nacional voltados a aposentados e pensionistas.

Com o encerramento dessa etapa, a AGU sustenta que esgotou o acionamento judicial dos investigados, enquanto o INSS segue com o processo de resarcimento aos beneficiários atingidos pelas irregularidades.

Brasil S/A
por Antonio Machado

machado@cidadebiz.com.br



País sem 'desenrola'

O ano termina com "as águas de março fechando o verão" prestando peça no calendário meteorológico, ao chegar em dezembro com apagão de energia e enchentes na maior cidade do país, além de ciclone no Sul e ventos de fechar aeroportos. Foi, e voltará a ser, não só um evento climático extremo, ou ECE, como a sigla vai se incorporando ao vocabulário cotidiano, mas evidências da ruína do planejamento e da administração pública num país atordoado por políticas ruins.

Tragédias climáticas não são recentes, apesar da dimensão global refletidas pelos eventos da COP como a última em Belém. Se servem para alinhar as ações ambientais dos países, funcionam também para desfilar a omissão dos governos de todos os matizes ideológicos sem projetos e voltados, prioritariamente, a se manter no poder.

Da inundação do Guaporé, deixando Porto Alegre e cidades da serra gaúcha submersas, com 185 mortes, 23 desaparecidos e perdas nunca antes vistas no estado, não se fala mais, e nem se passou um ano, tal como caiu no esquecimento a devastação na Região Serrana do Rio, há 14 anos, com 918 mortos e bairros destruídos.

Na próxima tromba d'água, as cenas se repetirão em alguma parte do país.

Comum a tais ECEs, servindo-me do termo da moda, não é sómente a fúria da natureza, mas a incôrnia dos governantes. Em 1956, em 1960 e a cada década, os morros em Santos vieram abaixo, levando vidas e casas — reconstruídas lá mesmo tanto pelo descaso dos poderes públicos, quanto pela falta de opções à população que mora em áreas de risco por ser o que há para elas.

É este Brasil de muita retórica pomposa de políticos que não se reconhecem incapazes de planejar o país para uma década adiante, que seja, quando planos em países bem-sucedidos são formulados comvisão de 30 a 50 anos à frente, que está em campanha eleitoral sem que se ouçam propostas sobre o que farão diferente. Promessas para seduzir o eleitor carente, no entanto, abundam em toda parte.

Não se tratou de outra coisa, por exemplo, na correria dos pleitos poderes em apressar votações de remendos orçamentários para 2026 e ardis com força de lei para abreviar as sentenças dos golpistas de 2023. E as prioridades vistas a olho nu? Ora... não seja chato!

Exaustão e descaminhos

Em respeito à longa carreira dos principais políticos do país, é razoável supor que haja ao menos consciência de que exaurimos os meios que movem a economia e a sociedade desde a reforma monetária inacabada de 1994. Faltou atualizar o setor público, a convivência e status entre Executivo, Congresso e Judiciário representado pelo STF e as relações federativas. Já estavam obsoletas em 1988, o ano da promulgação da Constituição. Hoje, competem um contra o outro, usurpando competências e desviando os recursos fiscais.

O dinheiro arrecadado nas três esferas federativas é gigante, em torno de 34% do PIB (incluindo FGTS e Sistema S), R\$ 4,3 trilhões. Só na área federal estima-se que um exercício sério e transparente de gestão possa reaver de R\$ 320 bilhões a R\$ 500 bilhões por ano, 2,5% a 3,9% do PIB, desperdiçados em baixa eficácia dos cadastros sociais, projetos executivos mal formulados e carência de controle efetivo sobre as rubricas da lei orçamentária. E isso sem calcular o potencial da economia subterrânea e da corrupção sistêmica.

Não se desconsidera que o anúncio antecipado do ministro Fernando Haddad de saída da Fazenda abra espaço para o presidente candidato à reeleição reorientar as relações desgastadas com o empresariado e organizar um programa reformista e voltado ao desenvolvimento, nomeando para o cargo alguém que mobilize o movimento de mudança.

Na oposição, há conversas com igual propósito, embora, dependendo do aspirante a candidato que se escute, percebe-se que de concreto não há quase nada, só a certeza da imperiosidade da mudança.

O risco é que mãos inábeis e o distanciamento do setor privado da formulação de um novo caminho não nos levem a lugar nenhum.

Horizonte para a política

Há algo profundamente disfuncional em um país que arrecada tanto, mobiliza tantos recursos e, ainda assim, não consegue converter o dinheiro em bem-estar, infraestrutura, educação de qualidade e capacidade de antecipação. Não temos escassez fiscal absoluta, mas escassez de propósito, coordenação e método. A política tornou-se refém do curto prazo, de emergências fabricadas e do improviso, enquanto os problemas reais exigem visão e disciplina.

A obsolescência de nosso arranjo institucional ficou escancarada. Executivo, Congresso e Judiciário deixaram de operar como poderes complementares e passaram a competir por protagonismo, orçamento e narrativa. O resultado é um sistema que gasta energia em disputas laterais e falha em formular e executar uma estratégia nacional.

O país segue tocado como se o tempo fosse infinito, como se não houvesse transição demográfica, revolução tecnológica, rearranjo geopolítico no mundo e crise climática.

Nesse ambiente, reformas estruturais são palavrão, planejamento de longo prazo virou abstração e a ideia de projeto nacional foi substituída por slogans eleitorais. Promessas abundam e entre-gas rareiam. Em vez de organizar o futuro, a política gera o presente como emergência, sempre reagindo, quase nunca se antecipando.

De promessas e realidades

O que precisamos com urgência é recolocar no centro do debate o que efetivamente define o destino de uma nação: a capacidade de o Estado planejar, fazer e entregar resultados. Trata-se de gastar melhor, não só gastar mais, restaurar a credibilidade das regras, profissionalizar a administração e alinhar as políticas sociais à geração de oportunidades reais, e não à dependência crônica.

Educação básica de primeira, foco em matemática, formação técnica conectada ao mundo do trabalho, saúde como fator de produtividade, logística e energia resilientes, instituições previsíveis e um ambiente de negócios funcional não são temas ideológicos. São pré-condições civilizatórias. Países que entenderam isso prosperaram; os que adiaram ou desprezaram tais escolhas ficaram para trás.

A verdadeira "promessa de vida" não está em slogans fáceis nem em benesses casuais, mas na construção paciente do que funciona. Que prepare as cidades para eventos extremos, as crianças para o dia de amanhã, os trabalhadores para a nova economia e as instituições para agir com responsabilidade e autocontenção.

Nosso drama não é falta de diagnóstico, é a recusa em transformar o diagnóstico em prioridade. Enquanto não mudar, seguiremos presos aos improvisos, a conflitos estéreis e expectativas frustradas. E a vida, esta sim, seguirá prometida — e nunca plenamente entregue.

Feliz 2026! Volto em janeiro.



Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal

Informativo do mercado imobiliário



Brasília-DF, 21/12/2025

Mercado imobiliário mantém estabilidade, mas recebe com cautela expectativa da Selic para 2026

Celestino Fracón Júnior
Presidente da ADEMIDF

O ano de 2025 foi desafiador para o mercado imobiliário no Distrito Federal. A insegurança fiscal na esfera federal e a permanência da taxa de juros básica da economia em 15% têm forçado as empresas a renunciarem suas margens para atender a demanda por habitação, dando continuidade às atividades do setor. Recentemente, o Comitê de Política Monetária (Copom) anunciou a manutenção da Selic, o que trouxe cautela para 2026.

Apesar dos desafios, não houve desaceleração. Nosso mercado imobiliário tem se mostrado maduro e saudável, mantendo a velocidade das vendas. A expectativa é de que o setor encerre o ano com os mesmos patamares de 2024.

Medidas como a redução do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), a formulação e aprovação do novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), a aprova-

ção do Setor Habitacional Jóquei Clube e a isenção da O tutorgia Onerosa de Alteração de Uso (Onalt) foram grandes conquistas e seguramente trarão impacto positivo para o mercado imobiliário local, estimulando a economia do DF a médio prazo.

Mas, para que possamos estimular novos avanços e manter a agenda positiva, é importante levarmos o novo PDOT à sanção do governador. Outra preocupação do setor é com a oferta e acesso a recursos para financiar a produção e aquisição da casa própria. Precisamos de estabilidade e de sinais da garantia de funding.

Além de moradia, o mercado imobiliário entrega emprego, renda, arrecadação de impostos e qualidade de vida para a população. É por meio desse ciclo virtuoso que reafirmamos nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal.

Novas provas incriminam o "Careca"

A Polícia Federal afirma que o empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como o "Careca do INSS", seria o "dono de fato" de uma entidade de pescadores responsável por descontos indevidos em aposentadorias, a Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e da Aquicultura (CBPA).

As informações surgiram na quinta fase da Operação Sem Desconto, deflagrada na última quinta-feira (18) para aprofundar as investigações sobre descontos indevidos em aposentadorias do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). A defesa do empresário afirmou que não iria se manifestar porque não teve acesso a autos.

De acordo com as investigações, a CBPA arrecadou R\$ 99 milhões com descontos indevidos e teve um crescimento expressivo a partir de 2023. A PF afirma que Antônio Camilo e outros dois aliados, que também foram alvos da investigação, seriam os "donos de fato" dessa confederação de pescadores.

Investigação

"As evidências reunidas na investigação demonstram, de forma clara e consistente, que Gabriel Negreiros, Antônio Camilo e Tiago Schettini atuam como donos de fato da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA)", diz a PF.

A investigação detectou que a CBPA fez transferências de recursos para uma empresa de Antunes com o objetivo de desviar os recursos dos aposentados. As defesas de Negreiros e Schettini não foram localizadas para comentar. Eles foram alvos de mandados de prisão expedidos pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça na última fase da operação.